

1 JUN 1981

# Obstrução parlamentar e crise de liderança

Termine ou não agora o episódio da obstrução que a oposição desencadeou, no Senado, visando a compelir o governo a uma definição dos rumos que pretende imprimir à reforma eleitoral, a verdade é que ele atesta a crise de liderança política em que o Brasil se debate. E que a obstrução não aflige nem aborrece o governo. O longo período de arbitrio lhe permitiu estocar textos de variada procedência e natureza, dos quais lançará mão, em circunstâncias semelhantes, sempre que quiser agir; e há sempre o recurso ao decreto-lei, para obter novos textos, nas faixas específicas em que pode ser explorado. Nesse sentido, o esforço obstrucionista vem a calhar, do ponto de vista do Executivo, pois lhe assegura a aprovação das proposições que elaborou, tal como foram encaminhadas, por decurso de prazo.

Ninguém ignora a importância das eleições de 1982; nem a conveniência de conhecer, quanto antes, as normas legais por que serão reguladas. Mas, que fazer? O governo, todos sabem, só dará publicidade a

seu projeto de reforma eleitoral em cima da hora, quando restar o mínimo de tempo para apreciá-lo. E que, então, será mais difícil aperfeiçoá-lo, escolhendo-o dos muitos casuismos e expedientes de que virá carregado. Quem produziu o "pacote" de abril é capaz de tudo. Quando ocupou o Ministério da Justiça, o senador Pe trônio Portella afirmou que no pluripartidarismo a sublegenda constitutiva uma excrescência. O bipartidarismo foi extinto, a fim de que a oposição não alcançasse o poder; e a sublegenda prevalecerá, inclusive no pleito para os Executivos estaduais, para que o governo tente manter o poder. Ninguém se espante se as urnas do próximo ano forem abertas para receber o voto vinculado, de vereador a senador, caso os estrategistas do Planalto desconfiem de que a medida beneficiará o PDS. Pois o que se quer não é apurar a vontade popular legítima e extraír da manifestação dela as lições que encerrará, e sim manter o atual estado de coisas, que nada tem a ver com o interesse nacional e aproveita apenas aos donos do poder.

O voto distrital será submetido à dócil maioria pedessista, se convier; e, por igual, as mil armadilhas que a reforma haverá de montar, a fim de que funcionem no momento adequado, para deformar e, quem sabe, inverter a preferência dos votantes, cujo sentido pode ser antecipado desde logo, independentemente do que revelem pesquisas de opinião. Não tem sido assim, desde o susto de 1974?

Por que a oposição não abandona o acessório, a obstrução, ridícula e inócuia, e se fixa no principal, que é o debate da reforma eleitoral, esboçando as grandes linhas a que deverá obedecer? A antecipação desse debate mostrará ao povo o que convém e o que não convém, no tocante a legitimar-lhe e valorizar-lhe o voto. Por que não propõe ela mesma uma reforma, eficaz, isenta, alta, lançada para fazer contraste com aquela a ser adotada pelo governo? E que falta competência para tanto; e também disposição para a luta, para a pregação corajosa e intensa dos princípios que têm de norteá-la. E, acima de

tudo, escasseiam os líderes capazes de conduzir essa luta até que produza resultados práticos.

Resta sempre, ademais, a esperança espúria de que o texto rabiscado nos laboratórios do Planalto contenha alguma fórmula salvadora, que facilite reeleições ou torne a campanha menos árdua. Se o número de cadeiras na Câmara aumentar, baixará o coeficiente eleitoral que os candidatos deverão atingir; se o distrito for implantado, afinal, não será só para o PDS e alguém, por outra legenda, se apresentará para conquistá-lo, a preço módico.

Se se trata de trabalhar para que se instale no País uma democracia, como quer a maioria dos brasileiros, o caminho a percorrer será outro. Pois o que vem sendo trilhado pelos que desempenham mandatos ou funções de confiança, no Legislativo ou no Executivo, segue o rumo indicado pelos interesses subalternos e pelo comodismo que há muito tempo acometeram a vida pública e acabarão por arruiná-la.